



A NATURALIZAÇÃO DA CULTURA EMPREENDEDORA E O REFERÊNCIAL PARA O EMPREENDEDOR BRASILEIRO

Sammuel Felipe Chagas de Souza¹

¹Professor do Curso de Administração da Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, Brasil (sammuelcfs@gmail.com)

Resumo: A narrativa de sucesso de empreendedores é uma referência hegemônica que paradoxalmente oculta a realidade empreendedora. Com base nisso, objetivou-se reconstruir e analisar criticamente a cultura empreendedora, fonte para o referencial do empreendedor brasileiro. Para tanto, realizou-se pesquisa crítica, com objetivo exploratório, abordagem decolonial e procedimento bibliográfico, que confirmou contradições inerentes à cultura empreendedora que condicionam os indivíduos à reprodução desse ciclo.

Palavras-chave: Cultura empreendedora; Decolonialidade; Colonialidade; Empreendedorismo Decolonial; Hegemonia neoliberal

INTRODUÇÃO

É fato, facilmente comprovado pela quantidade de *best-sellers* com lições de pessoas que empreendem, que o sucesso de diversos empreendedores se torna uma referência para aqueles que desejam ascender socialmente. Isso ocorre porque as histórias de vida desses empreendedores constituem um mito de progresso no qual se inicia na garagem de suas famílias, em situação de pouco recurso e escassez, e termina em grandes corporações, ricas, prósperas e influentes na sociedade.

Essa jornada empreendedora representa aquilo que pode ser definido como um “Mito da Garagem”, ou seja, um construto, um conceito que Souza (2021) explica como uma construção oriunda de uma dada abstração do que se percebe da realidade a partir



de crenças e de valores consolidados e compartilhados entre os indivíduos de um mesmo grupo.

Dessa forma, é possível afirmar que a cultura empreendedora não existiria sem esse mito e sem outros atributos culturais que conectam os empreendedores e que mantêm a existência dessa cultura. O que surpreende é ela transbordar para além do grupo de empresários e de empreendedores iniciantes, tornando-se referência para toda a sociedade no sentido de atingir um certo desenvolvimento e progresso social.

O empreendedorismo como ideologia fornece uma nova lente para a realidade, transformando trabalhadores em empresários/empreendedores ao mesmo tempo que os condicionam a uma missão de vida contraditória de: exploração indiscriminada que é insustentável; produção de valor que atende mais ao retorno do investimento do que ao público-alvo; concorrência que deseja eliminar a competição e concentrar a riqueza.

Essa condição sujeita os empreendedores brasileiros por meio de mecanismos próprios da Colonialidade do poder, ser e saber. Como forma de superar essa colonialidade o empreendedorismo brasileiro pode descolonizar as suas práticas e construir assim uma nova forma de empreender.

Esses pontos mostram bem como o fenômeno da cultura empreendedora é hegemônico, complexo e contraditório e, para apresentar intervenções viáveis ao contexto do empreendedorismo brasileiro, este trabalho tem o objetivo de analisar criticamente a cultura empreendedora, fonte para formação cognitiva e normativa do empreendedor brasileiro, para propor saídas Decoloniais para o empreendedorismo.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa aplicada à temática empreendedora, mais especificamente à crítica de uma cultura empreendedora hegemônica a partir da abordagem decolonial. Com essa finalidade, adotou-se o objetivo exploratório para tornar o fenômeno empreendedor mais claro e para propor alternativa para saída da condição imposta pela realidade da cultura empreendedora aos empreendedores brasileiros. Nesse contexto, a abordagem decolonial foi fundamental para a análise crítica da formação da cultura em torno da prática empreendedora extraída de fontes bibliográficas que tratam sobre as mudanças sociais advindas da Modernidade europeia.



Como resultado, foi possível confirmar as contradições inerentes à cultura empreendedora ao mesmo tempo que foi possível revelar a sua verdadeira face que se expressa na Colonialidade do ser, saber e fazer – que Quijano (2005), Mignolo (2012) e Souza (2021) explicam como um mecanismo pelo qual as narrativas hegemônicas são importadas dos centros de poder (países ricos), silenciando as formas de se ser, fazer e saber da periferia (países empobrecidos e subalternizados pelos países ricos).

De forma mais detalhada, os pontos anteriores são trabalhados em seções que estão divididas em: Material e Métodos com a definição da metodologia adotada; Resultados e Discussão com a análise a partir da abordagem decolonial sobre a temática da cultura empreendedora hegemônica; e, por fim, Considerações finais com as principais considerações dos resultados obtidos e o direcionamento para as próximas pesquisas que continuem este trabalho.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo se insere no campo da pesquisa crítica dos discursos que circulam na sociedade e que expressam a Colonialidade resultante da Modernidade europeia. A sua condução tem por objetivo analisar criticamente a cultura empreendedora de modo a revelar as suas contradições que sustentam uma ideologia dominante que aliena e condicionam os indivíduos a um ciclo de subalternização e de reprodução. Ao realizar esse propósito, são consideradas alternativas como saídas decoloniais para o empreendedorismo brasileiro.

Em termos de finalidade, a pesquisa é classificada como pesquisa-ensaio teórico de matriz crítica. A partir de estudos consolidados que foram utilizados para uma análise crítica, é gerado o conhecimento com o propósito de intervir na realidade social. Com isso, busca-se oferecer alternativas para a reorientação de práticas consolidadas do empreendedorismo e contribuir para a libertação dos indivíduos subalternizados.

Para a consecução desse fim, adotou-se o objetivo exploratório, visando tornar o fenômeno empreendedor mais claro, expor suas contradições e, a partir delas, formular a proposta do Empreendedorismo Decolonial como uma saída para a condição imposta pela cultura dominante que sustenta grupos em situação de maior poder perante a sociedade.



O procedimento técnico central foi a pesquisa bibliográfica crítica. O corpus de análise constituiu-se de livros que são considerados clássicos para formação econômica e social e que tratam sobre a formação da cultura empreendedora.

Todo o processo de coleta, seleção e, sobretudo, análise dos dados foi guiado pela abordagem decolonial. Esta lente epistemológica é indispensável para a crítica à Colonialidade do ser, saber e fazer. A decolonialidade, para Quijano (2005), Mignolo (2012) e Souza (2021), permitiu desvendar como as narrativas hegemônicas são importadas dos centros de poder (países ricos), silenciando as formas de ser, saber e fazer da periferia (países empobrecidos e subalternizados pelos países ricos). Nesse sentido, é tratado aqui a forma de empreender no Brasil, que se encontra à margem dos países ricos que definem os padrões para o empreendedorismo.

A abordagem foi utilizada para interpretar as contradições da cultura empreendedora (e seus apelos à autonomia) como um mecanismo de Colonialidade do ser, saber e fazer que, ao invés de libertar, aprisiona o indivíduo subalternizado na culpa do fracasso e na precarização disfarçada de liberdade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ato de empreender no sentido de tentar, fazer, executar, concretizar, estabelecer, estruturar ou gerir não é algo novo. Em uma análise do seu processo histórico, é possível apontar que o ato de empreender ou o papel social de quem empreende, conhecido como empreendedor ou empresário, muda conforme as relações sociais estabelecidas em um dado tempo e lugar. Isso significa dizer que o empreendedorismo ou ser empreendedor em épocas e lugares distintos são completamente diferentes entre si e do que conhecemos hoje. Mas apesar disso, determinados traços e características históricas compõem a cultura empreendedora atual que se tornou hegemônica, conforme pode ser visto a seguir.

Segundo Hudson (2010), ao analisar documentos históricos no século VI a.C. na Mesopotâmia, a atividade empreendedora consistia na função de gestão e de zeladoria dos palácios. De forma mais específica, a ação de fazer previsões de gastos, alocação de recursos, abastecimento do palácio e manutenção e armazenamento de produtos.



Além disso, o empreendedor, nesse período, também exercia o comércio, uma das atividades mais antigas atreladas a esse papel social. Para Hudson (2010), essa ligação pode ser observada na tradução de documentos antigos em que os títulos de *damgar* em sumério e *tamkarum* em babilônico foram transmitidos ao longo do tempo como sinônimo de empreendedor.

Também existiam evidências de empreendedores na Roma antiga. Conforme os estudos etimológicos, sobre a origem dessa palavra no tronco indo-europeu de origem latina, o significado de empreendedor está atrelado a execução ou a concretização de tarefas difíceis ou complexas como uma grande obra, que pode ser representada por um empreendimento (Houaiss, Villar, 2009).

Em síntese, é possível determinar que a atividade empreendedora está associada com a gestão, o comércio ou a atuação sobre um dado risco calculado, que em outras palavras, significa atuar: no armazenamento de produtos e no planejamento e na manutenção de espaços; na negociação voltada para a compra e a venda de produtos; e na tentativa, execução ou concretização de tarefas arriscadas ou difíceis.

Em um ponto de convergência, com o advento da Modernidade europeia, todas essas características históricas passaram a compor os traços que definiriam o empreendedorismo moderno. Mas isso não ocorreu de uma forma súbita e sim em um processo de mudança social, na qual as relações econômicas passaram a nortear a cooperação entre os indivíduos e a estabelecerem uma nova classe hegemônica a partir da exploração de recursos, do domínio dos meios de produção necessários para a subsistência e da concentração de riquezas.

Nesse contexto, o empreendedor lançava mão de recursos no presente para obtenção de ganhos acima da média no futuro e “é em meio a incerteza que ele leva a cabo o seu empreendimento”, conforme observado primeiramente por Cantillon (2002, p. 44) em 1730. Ou seja, na sociedade moderna, o empreendedor passou a ser um sujeito que enxergava oportunidades e alocava recursos a um dado risco na esperança de obter retorno.

Um pouco depois, em 1776, Adam Smith (1996, p. 102) chegou nessa mesma conclusão ao mostrar que o empreendedor estava em busca de obter lucro e o fazia no uso de capital próprio ou de terceiros, bem como, “pelo seu trabalho e pelo risco



que ele assume ao empreender”. Assim, é possível apontar que a busca por oportunidade, o trabalho realizado e os riscos assumidos têm como propósito fim a obtenção de lucro.

Dessa forma, tanto Cantillon (2002), quanto Smith (1996), ao observarem a atuação e a finalidade dos empreendedores, notaram que a existência desses indivíduos resultava na ampliação e no desenvolvimento do comércio local. Para os autores, esse resultado tinha como base a criação de novos empreendimentos que atendiam as necessidades locais e que ampliavam a circulação do dinheiro utilizado nas transações comerciais.

Para Marx (2013), a ampliação do número de empresas, como também a sua posição central para as atividades econômicas locais surgiu na esteira de um período em que a sociedade passou a repetir um ciclo vicioso de transformação de todos os bens de produção da vida em mercadoria. Nesse processo histórico, chamado pelo autor de acumulação primitiva, a sociedade feudal deu lugar a sociedade moderna ao mesmo tempo em que as relações entre os indivíduos passavam a ser mediada pelo mercado.

Nesse período de transição, os empreendedores tinham uma posição intermediária na sociedade. Situação em que Cantillon (2002) aponta que os empreendedores estavam subordinados e subalternizados aos aristocratas, senhores proprietários de grandes quantidades de terras e de recursos financeiros. Conforme o autor explica, os aristocratas: arrendavam as terras para os empreendedores as tornarem produtivas e lucrativas; movimentam a economia local comprando produtos dos empreendedores; e disponibilizavam recursos para a tomada de empréstimo por parte dos empreendedores que precisavam investir ou reinvestir nos seus empreendimentos.

No período da acumulação primitiva, ocorrido entre os séculos XV e XVIII, a sociedade europeia estava saído do feudalismo e experimentando as primeiras formas do capitalismo. Para Federici (2017), esse período foi marcado pela expropriação e a expulsão dos pequenos camponeses das terras em que viviam. A autora aponta ainda que esses indivíduos, sem terras e ferramentas de trabalho que lhes proviam a subsistência, foram obrigados a migrarem para as cidades e a se adequarem as novas



lógicas de emprego e de produção, nas quais passaram a receber salário em troca das suas forças de trabalho.

No que hoje pode parecer natural, ter ou procurar um emprego para ter um salário, era algo incomum para os sujeitos da antiga Europa. Esse estranhamento advém do fato das mudanças nas relações sociais, um processo violento, no qual a sociedade foi pressionada pela força do Estado, por meio de leis que criminalizavam aqueles que se recusavam a trabalhar ou que não conseguiam se empregar em uma organização (Federici, 2017).

Assim, sem terras, ferramentas de trabalho e meios para subsistência, os indivíduos da antiga Europa só tinham como oferecer em troca a sua força de trabalho para conseguir um salário e assim obter o básico para sobreviver. Por sua vez, a precificação dessa força de trabalho ocorria conforme o interesse daqueles que possuíam os meios de produção e os recursos empregados para produzir e, por esse motivo, detinham maior poder na sociedade (Marx, 2013; Federici, 2017).

Federici (2017) explica que a alternativa para aqueles que não conseguiram se empregar em atividades assalariadas era exercer as atividades de comércio ou de serviços comuns nas cidades naquele período. O exercício dessas atividades dava-se por meio do empreendedorismo realizado pela classe trabalhadora que explorava a sua própria força de trabalho de forma autônoma.

Em comparação, a condição de trabalhador assalariado e de empreendedor por necessidade tinham em comum a existência de uma única alternativa, que era a venda da sua força de trabalho, seja ela para terceiros como no caso do trabalhador assalariado ou seja ela por meio do autoempresariamento com exploração da sua própria força de trabalho.

O autoempresariamento é um tipo de exploração disfarçada de liberdade, de propriedade e de retorno. É uma ideia construída na ocultação da realidade do trabalho e da venda da força de trabalho a partir do sucesso de empreendedores que alcançaram uma certa mobilidade social. Cantillon (2002) explica que somente poucos empreendedores conseguiram acumular riquezas entre as gerações e entre as relações com o Estado suficientes para permitir uma ascensão social.



Apesar disso, a relação entre a burguesia empreendedora e a aristocracia dominante fundou uma nova classe social burguesa que passava a ser composta por empresários donos dos meios de produção necessários para a subsistência. Assim, na transição entre o período Feudal e Moderno da Europa, a antiga aristocracia feudal, a partir do seu patrimônio acumulado, conseguir por meio da força de sua riqueza e influência no Estado se manter como classe dominante. Mas com o mau uso desse patrimônio, com a ascensão de parte da classe empresarial e com a proximidade entre a aristocracia e a grande burguesia, os poucos, a aristocracia dominante foi dando lugar a classe burguesa que passava a ser a classe dominante.

Como classe dominante, a cultura empreendedora da burguesia passava a ser a cultura hegemônica. Nesse processo, diversas mudanças na sociedade passaram a refletir a classe dominante como as religiões surgidas na modernidade europeia. Essas novas religiões atuaram no estabelecimento de valores e de hábitos que produziam um certo “espírito” empreendedor constituído de uma ascese que não existia anteriormente. Essa ascese, conforme explicada por Weber (2004), em análises realizadas entre 1904 e 1905, significa uma prática disciplinada e austera, que na reforma protestante saiu de uma prática restrita aos monges para os indivíduos comuns. Segundo o autor, os indivíduos convertidos possuíam as seguintes características: propósito, doação, meritocracia, trabalho diário, esforço incondicional, acúmulo de riqueza, exemplo, retidão, individualismo e abnegação.

Para Weber (2004), essas características estabelecem os valores e os hábitos que formam o “espírito” que sustenta a sociedade moderna e capitalista europeia. O autor explica essa associação por meio da transformação do trabalho e do acúmulo de capital em uma obra de vida que deve ser conquistada e usufruída a partir de um desígnio divino. Assim, as novas religiões surgidas na modernidade europeia foram mais adequadas ao modelo de sociedade capitalista porque permitiram a doação e a exploração do trabalho, como também o empreendedorismo e as conquistas empresariais, como formas de obterem o acúmulo de capital e o progresso social.

No século XIX, todas as revoluções burguesas na Europa já tinham completado seus ciclos e a burguesia composta por grandes empresários se estabelecia como classe dominante. Assim, a cultura empreendedora, reflexo dessa classe dominante,



passava a compor a cultura hegemônica na qual se perpetuava na ideologia de desenvolvimento. Em 1911, Schumpeter (1997) representou bem essa ideologia ao apontar o empreendedor como um indivíduo que tem o papel social de gerar valor que movimenta a economia nacional. Segundo o autor, essa geração de valor ocorria principalmente por meio da inovação. Nesse processo, ao atender as necessidades e expectativas de um determinado público, acabava-se gerando novas necessidades e expectativas que deveriam ser atendidas por meio da produção de novos valores, ou seja, por mais inovações.

Esse movimento representa para Schumpeter (1997) um motor da economia moderna capitalista e para Marx (2013) a reprodução de um ciclo vicioso de transformação de todos os bens de produção da vida em mercadorias, em que as empresas possuem um papel central, tornando assim a classe empresarial dominante.

Apesar desses pontos explicarem como a cultura empreendedora se torna hegemônica na Europa, não explica como ela se torna hegemônica no Brasil. Para tanto, se faz necessário analisar o período em que a Europa se estabelecia em diversos territórios, como no Brasil, exercendo a autoridade colonial e expropriando, exterminando e subalternizando as populações nativas. É possível apontar que esse período também fez parte da acumulação primitiva, pois favoreceu o florescimento e a pujança do comércio na Europa, bem como, da consolidação de uma elite empresarial dominante europeia.

A explicação disso advém do fato que as colônias europeias foram úteis no processo de acumulação primitiva porque permitiu a transferência de riquezas extraídas ou produzidas nas colônias para o enriquecimento das elites europeias.

E mesmo com o fim das colônias, por meio da luta pela independência, não é possível afirmar que os efeitos da colonização deixaram de existir. A Colonialidade é esse efeito, uma marca no tecido social que não se desfez com a independência do território e da formação do Estado nacional. Mignolo (2012) aponta que a independência não desfez as antigas relações de subalternizações e por conta disso condicionou as antigas colônias a reproduzirem a Colonialidade nas novas relações que se estabeleceram.



A Colonialidade pode ser explicada por meio das relações que se estabelecem na posição de hierarquia entre indivíduos, na qual existem dominantes e subalternizados. Essa construção é fundada nas ideias de atraso e de dependência de determinados grupos por outros que se identificam como desenvolvidos e dominantes.

Essa construção de subalternização ocorreu por diversas formas, mas originalmente, no período colonial, se constituiu primeiramente na ideia de raça, fundamental para sustentar e justificar a dominação europeia (Quijano, 2005). Posteriormente, após a independência, essa ideia de raça se somou as outras ideologias que possuíam o mesmo propósito de justificar a exploração e a condução econômica, política e social de antigos territórios coloniais (Souza, 2021).

Não é linear e natural a passagem do processo de mudança e desenvolvimento social da Europa para as antigas colônias europeias. Dussel (1993) explica que esse processo ocorreu por meio do apagamento e ocultação das populações das colônias no que tange as suas histórias e formas de ser, saber e fazer. Segundo o autor, os europeus enxergavam as populações nativas das colônias como seu passado ao mesmo tempo que se entendiam como futuro. Com isso, tratavam os indivíduos das colônias como indivíduos que não alcançaram um grau de desenvolvimento como foi alcançado pela população europeia e, sendo assim, era somente por meio da dominação europeia que esse desenvolvimento poderia ocorrer.

Esse espírito foi transmitido para as novas elites que se estabeleceram no Brasil enquanto colônia. Assim, mesmo com a independência, a manutenção da subalternização substituiu a antiga metrópole pelos países considerados ricos (Souza, 2021). Essa situação reproduzida em diversos territórios coloniais transformaram os países empobrecidos em periferias dos países ricos (Mignolo, 2012).

Nessa dinâmica entre países ricos e pobres, centro e periferia, a mobilidade poderia ser alcançada na transformação de outros países em periferia por meio de antigas estratégias de exploração e subalternização. Isso permitiria o acúmulo de riquezas para o desenvolvimento econômico e a expansão e a consolidação de mercados. Mas em sua grande maioria, os países ricos eram antigas metrópoles.

Quanto a manutenção das riquezas dos países ricos, ocorria por meio das mesmas estratégias coloniais: concentração de recursos transplantados de outras nações



empobrecidas e obrigadas a servirem de escada e sustentação para o desenvolvimento e a manutenção de suas economias dominantes.

Nesse contexto, a ideologia das elites dominantes dos países ricos, da mesma forma que é referência para as classes subalternizadas nesses países, é referência para as populações nos países subalternizados e empurrados para as periferias. É assim que a cultura empreendedora e os empreendedores de sucesso dos países ricos tornam-se referência de progresso e de desenvolvimento para os empreendedores brasileiros.

Essa subalternização do empreendedor brasileiro oculta a sua realidade e o faz reproduzir a realidade do outro. Esse referencial evita que surja novas formas de atuação empreendedora e outras formas de relações comerciais que surjam ou sejam adequadas à realidade local. Dessa forma, se elimina qualquer possibilidade de mudança para perpetuar a reprodução incondicional.

Percebendo esse determinismo, que a crítica a cultura empreendedora é necessária e pode contribuir para o surgimento de um empreendedorismo que seja decolonial. Tal modelo pode contribuir para revelar as contradições inerentes ao empreendedorismo, fazendo os empreendedores entenderem a si próprio como trabalhadores que exploram a sua própria força de trabalho ou como uma classe intermediária que serve ao interesse de grandes empresários.

De outro modo, o Empreendedorismo Decolonial pode ser um modelo que contribui para uma formação empreendedora mais crítica que percebe a sua formação enquanto ideologia e cultura a partir das ideologias e culturas das classes dominantes estabelecidas nos países ricos que se posicionam como centrais e referências de desenvolvimento.

Por fim, esse modelo pode desfazer os laços da Colonialidade que subalternizam os indivíduos, permitindo assim que eles conduzam suas histórias a partir das suas próprias realidades. Isso significa mudar o que se entende por empreendedorismo, para refletir os valores e os hábitos locais, bem como, a forma de cooperação social para além de mediação hegemônica pelo mercado.

O Empreendedorismo Decolonial não trata de um retorno ao passado idealizado, mas uma construção futura a partir do processo social local. Isso pode ser construído ao



dar luz ao que a Colonialidade oculta e exclui, promovendo assim novas formas de ser, saber e fazer.

CONCLUSÃO

O presente estudo se propôs a analisar criticamente a cultura empreendedora que estrutura a formação cognitiva e normativa do empreendedor brasileiro, com o objetivo de propor alternativas decoloniais ao modelo hegemônico vigente.

A análise histórica da atividade empreendedora revelou que, embora o ato de empreender não seja novo, o seu papel social e suas características mudaram significativamente ao longo do tempo. Com o advento da Modernidade europeia e a transição do feudalismo para o capitalismo, o empreendedor moderno, inicialmente uma figura intermediária subordinada à aristocracia, consolidou-se como um ator central na economia.

Essa consolidação foi marcada por: (i) uma narrativa de progresso que idealiza a jornada de ascensão social, ocultando as contradições e a precariedade de grande parte do autoempresariamento; (ii) uma busca incessante pelo lucro, que conforme observado por Cantillon (2002) e Smith (1996), o foco na oportunidade e no risco tinha como finalidade o retorno acima da média; (iii) uma ascese Protestante, em que o "espírito" empreendedor (disciplina, esforço incondicional, acumulação) foi internalizado na cultura moderna, transformando o trabalho e o acúmulo de capital em uma obra de vida com sentido quase divino, conforme analisado por Weber; e (iv) uma transformação ilimitada de bens de produção da vida em mercadorias, em que Schumpeter (1997) postula o empreendedor como o motor da economia por meio da inovação, perpetuando o ciclo capitalista de produção e consumo.

Apesar de a cultura empreendedora burguesa ter se tornado hegemônica na Europa, o estudo enfatizou que sua imposição no Brasil não é um processo linear de desenvolvimento, mas sim um reflexo direto da Colonialidade do poder, do ser e do saber.

A Colonialidade demonstrou ser um mecanismo pelo qual as narrativas e ideologias dos centros de poder (países ricos) são importadas, silenciando e subalternizando as formas locais de ser, saber e fazer. Essa dinâmica: (i) Oculta a Realidade, em que o empreendedor brasileiro é levado a reproduzir a realidade do "outro"



(empreendedores de sucesso do centro), impedindo a emergência de formas de atuação e relações comerciais adequadas ao contexto local; (ii) Perpetua a Subalternização, em que o autoempresariamento, imposto pela escassez de oportunidades, é uma forma de exploração disfarçada de liberdade, aprisionando o indivíduo na culpa do fracasso; e (iii) Impede a Mudança, em que a reprodução incondicional do modelo hegemônico elimina a possibilidade de transformação social.

Em resposta a essa crítica, o trabalho propõe o Empreendedorismo Decolonial como uma saída viável. Este modelo não busca um retorno a um passado idealizado, mas sim uma construção futura enraizada no processo social e nos valores locais que rompe com a hegemonia dominante.

O Empreendedorismo Decolonial deve: (i) Promover a Consciência Crítica, levando o empreendedor a se perceber como um trabalhador que explora a própria força de trabalho ou como uma classe intermediária que serve aos interesses das grandes corporações; (ii) Desfazer os Laços de Colonialidade, permitindo que os indivíduos conduzam suas histórias a partir de suas próprias realidades, mudando o significado de empreendedorismo para refletir os valores e hábitos locais; e (iii) Priorizar a Cooperação Social, buscando formas de relação social e econômica que transcendam a mediação hegemônica do mercado.

Dessa forma, o Empreendedorismo Decolonial surge como uma alternativa de libertação que dá luz ao que a Colonialidade oculta e exclui, fomentando novas e autênticas formas de ser, saber e fazer no contexto brasileiro.

Como sugestões para pesquisas futuras, pode-se dar continuidade a este trabalho crítico e exploratório, a partir das seguintes linhas de pesquisa: (i) Estudos Empíricos: realizando pesquisas qualitativas com empreendedores brasileiros de base para mapear suas narrativas, valores e práticas, confrontando o "Mito da Garagem" com a realidade da precariedade e do autoempresariamento por necessidade; (ii) Desenvolvimento de *Frameworks*, elaborando *framework* teórico e prático para o Empreendedorismo Decolonial que inclua indicadores de sucesso alinhados aos valores não-mercadoológicos (exemplo: impacto social, sustentabilidade cultural, cooperação); e (iii) Análise Curricular, investigando como a cultura empreendedora



hegemônica é ensinada e disseminada em cursos de administração e empreendedorismo no Brasil, propondo intervenções curriculares decoloniais.

REFERÊNCIAS

- CANTILLON, Richard. Ensaio sobre a natureza do comércio em geral. Curitiba: Segesta Editora, 2002.
- DUSSEL, Enrique. 1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferência de Frankfurt. Tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993
- FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss de língua portuguesa. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- HUDSON. Michael. Empreendedores: da ascensão do oriente próximo à queda do Império Romano. In: LANDES, D. S.; MOKYR, J.; BAUMOL, W. J. (Org.). A origem das corporações: da ascensão do Oriente Médio à queda do Império Romano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MIGNOLO, Walter. Local histories/Global designs: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking. New Jersey: Princeton University Press, 2012.
- QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento da América Latina. Estudos Avançados. São Paulo, v. 19, n. 55, p. 9-31, dezembro de 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000300002>. Acesso em: 03 dez. 2025.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria para o desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1997.
- SOUZA, Sammuel F. C. de. Estado e políticas públicas: a participação da categoria médica na formulação e implementação das políticas para a saúde no Brasil. 2021. 133f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) - Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, Universidade Federal de Roraima, Boa



Vista, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufrr.br:8080/jspui/handle/prefix/810>.
Acesso em: 03 dez. 2025.

SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas.
Vol. 1. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

WEBER, M. A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004